



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Ouro Preto, 26 de março de 2026.

Carta de apresentação

Prezados senhores,

Apresentamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A. referentes ao exercício de 2025 e 2º semestre de 2025, em conexão com as normas aplicáveis às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Expressamos também a nossa responsabilidade pelas informações contidas nas demonstrações financeiras e sua adequada apresentação, de acordo com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas ao setor.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025 e 2º semestre de 2025 foram publicadas em 26 de março de 2026, no site eletrônico da Instituição, de acesso público e gratuito, e estão disponíveis no endereço:

<https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>

Atenciosamente,

Denis Silva

Denis Silva (26 de março de 2026 10:45:08 ADT)

Denis Costa da Silva

Diretor

Paulo Sérgio de Faria Barros

Paulo Sérgio de Faria Barros (26 de março de 2026 11:49:19 ADT)

Paulo Sergio de Faria Barros

Diretor

Alessander Dallorto

Alessander Dallorto (26 de março de 2026 09:07:04 ADT)

Alessander Campo Dall'Orto

Contador – CRC: ES-012954/O

efí



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2º SEMESTRE DE 2025

31 DEZEMBRO DE 2025





Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

CONTEÚDO

Relatório da Administração 4

Balanco patrimonial 11

Demonstração do resultado 12

Demonstração do resultado abrangente 13

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 14

Demonstração dos fluxos de caixa 15

Notas explicativas às demonstrações financeiras 16



Relatório da Administração

Visão Geral da Instituição

A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A. (“Efí SCFI” ou “Instituição”) é uma das Instituições que compõem o Efí Bank, atuando sob controle do Efí S.A. – Instituição de Pagamento S.A. (“Efí IP”), líder do Conglomerado Prudencial. Além do Efí SCFI, também está sob controle do Efí IP, a Eva Benefícios S.A. (“Eva”). Todas essas Instituições integram o Grupo Gerencianet, cuja controladora é a Gerencianet Holding S.A., responsável também pela Lesta Atendimento Ltda (“Lesta”), compondo uma estrutura societária integrada e orientada à atuação coordenada no ecossistema financeiro.

O Efí SCFI exerce papel estratégico dentro do Conglomerado ao viabilizar a oferta de produtos de crédito, financiamento e investimento, ampliando o escopo de atuação do Efí Bank e permitindo maior diversificação de receitas e fortalecimento da proposta de valor ao público pessoa jurídica. Sua atuação ocorre de forma complementar e sinérgica às soluções de meios de pagamento e conta digital ofertadas pelo Efí IP, possibilitando a construção de jornadas financeiras mais completas, integradas e estruturadas.

Com sede em Ouro Preto, Minas Gerais, e presença estratégica nas cidades de São Paulo e Recife, o Efí SCFI sustenta sua operação com base em disciplina prudencial, governança de riscos e aderência às normas regulatórias aplicáveis às Instituições Financeiras. A integração operacional, tecnológica e estratégica com as demais Instituições do Conglomerado fortalece sua capacidade de escala, gestão eficiente de capital e controle de riscos, contribuindo para a consolidação do Efí Bank como plataforma financeira estruturada, orientada a crescimento sustentável e solidez institucional.

Perfil Corporativo

O Efí SCFI é a frente de crédito, financiamento e investimento do Efí Bank, atuando de forma complementar ao Efí IP na construção de um ecossistema financeiro integrado e completo. Seu papel é estruturar e desenvolver soluções de crédito que fortaleçam a oferta de produtos do Conglomerado, ampliando a jornada financeira dos clientes e contribuindo para a diversificação das fontes de receita e para o equilíbrio do modelo de negócios.

Com estrutura orientada à escalabilidade, fluidez operacional e uso intensivo de tecnologia e dados, a Instituição opera de forma integrada às demais Instituições do Grupo, especialmente ao Efí IP, compartilhando infraestrutura, inteligência analítica e governança corporativa. Essa integração permite maior eficiência na originação, análise, formalização e acompanhamento das operações de crédito, preservando disciplina prudencial, consistência nas políticas e rigor na gestão de riscos.



A atuação do Efí SCFI é pautada por responsabilidade na concessão de crédito, solidez na estrutura de capital e aderência às normas regulatórias aplicáveis às Instituições Financeiras. A combinação entre inovação tecnológica, automação de processos e monitoramento contínuo da carteira contribui para decisões mais ágeis e fundamentadas, reforçando a sustentabilidade das operações e a geração de valor de longo prazo.

Essa configuração permite ao Efí SCFI apoiar de maneira estratégica o crescimento do Efí Bank, ampliando sua relevância no mercado financeiro e consolidando o crédito estruturado como vetor relevante de expansão, rentabilidade e fidelização de clientes no público pessoa jurídica.

A missão do Efí SCFI, como parte do Efí Bank, é simplificar jornadas financeiras com eficiência e segurança, aliando tecnologia e inovação.

A visão da Instituição está alinhada ao propósito do Efí Bank de se consolidar como o banco digital mais eficiente do país e a melhor escolha para o cliente, contribuindo de forma decisiva para a construção de um modelo financeiro integrado, sustentável e orientado à excelência operacional.

Desempenho Operacional

Em 2025, o Efí SCFI conduziu uma reestruturação abrangente de seus fluxos operacionais e de suas esteiras de crédito, promovendo ganhos relevantes de eficiência, maior padronização de processos e aprimoramento dos mecanismos de análise e concessão. A revisão estrutural envolveu ajustes em políticas, automação de etapas críticas e fortalecimento dos controles internos, resultando em maior agilidade decisória, melhor gestão de risco e aumento da capacidade de escala da operação.

Como consequência desse movimento, registrou-se crescimento expressivo na liberação de limites de cartão de crédito, bem como no volume de operações de antecipação de recebíveis e de capital de giro, produto lançado no primeiro semestre de 2025, possibilitando o alcance de uma carteira de crédito de R\$ 60,7 milhões ao final do exercício. Esse montante representa crescimento de 489% em relação a dezembro de 2024 e de 70% frente ao primeiro semestre de 2025, refletindo a execução consistente da estratégia de expansão e diversificação do portfólio ao longo do ano, com foco na ampliação do alcance e no atendimento estruturado à base de clientes do Efí IP.

O crescimento da carteira ocorreu de forma alinhada à estratégia de consolidação do crédito como pilar relevante de geração de receita dentro do Conglomerado, preservando critérios de prudência na concessão e monitoramento contínuo da qualidade das operações. A integração com a base transacional do Efí IP contribuiu para decisões mais fundamentadas e para a ampliação do relacionamento com clientes recorrentes, fortalecendo a proposta de valor do ecossistema financeiro integrado.

O volume de captações também apresentou evolução expressiva, com aumento de 412% em relação a dezembro de 2024 e de 90% frente ao primeiro semestre de 2025. A ampliação da oferta de produtos de captação reforçou o posicionamento da Instituição



nesse segmento e contribuiu para o fortalecimento de sua estrutura de *funding*, ampliando a capacidade de sustentação do crescimento da carteira com maior previsibilidade financeira.

O capital do Efi SCFI apresentou crescimento de 12% em comparação a dezembro de 2024, totalizando R\$ 26 milhões em dezembro de 2025. O ativo total registrou aumento de 269% no mesmo período, refletindo a ampliação das operações de crédito, o crescimento das captações e a consolidação da estrutura patrimonial da Instituição.

Os resultados foram impulsionados principalmente pelo crescimento das receitas com operações de crédito, com destaque para antecipação de recebíveis e capital de giro, e pelo fortalecimento dos controles internos, da governança de risco e da eficiência operacional. O conjunto desses fatores evidencia não apenas expansão quantitativa da carteira, mas também amadurecimento estrutural da operação de crédito, consolidando bases mais robustas para o crescimento sustentável nos exercícios subsequentes.

Premiações e Reconhecimentos

Em 2025, o Efi SCFI participou diretamente das conquistas que reforçaram o posicionamento do Efi Bank como uma Instituição inovadora, confiável e comprometida com a excelência operacional e a evolução responsável do crédito. Os reconhecimentos obtidos ao longo do ano evidenciam a consistência da estratégia adotada, a maturidade dos processos de risco e a capacidade da Instituição de combinar inovação tecnológica com disciplina prudencial.

No campo de crédito e experiência do cliente, a Instituição foi reconhecida no Prêmio ClienteSA com o Troféu Ouro, com o case “Copiloto de Antecipações”, na categoria Líder em Estratégia de Crédito, Cobrança e Risco, além de conquistar o Troféu Prata no Prêmio ClienteSA CX. Essas distinções reforçam a capacidade do Efi SCFI de estruturar soluções de crédito orientadas por dados, com foco em eficiência, gestão de risco e melhoria contínua da jornada do cliente.

Reafirmando a consistência de suas práticas de inovação, a Instituição recebeu o 2º lugar no Prêmio Inovativos com o case “Eficiência e Inclusão: Inovando a análise de crédito com *Machine Learning*”, destacando o uso estratégico de tecnologia na qualificação da concessão e na ampliação do acesso ao crédito de forma responsável. Também foi finalista do Prêmio IDEIA ABBC, promovido pela Associação Brasileira de Bancos, com o case “Antecipa Efi”, evidenciando o reconhecimento do mercado quanto à relevância e estruturação de suas soluções.

No cenário latino-americano, o Efi Bank foi vencedor do Prêmio Latam 2025 da Aloic, alcançando o 1º lugar na categoria “*Mejor Estrategia de Desarrollo Humano*”, com o case da semana de quatro dias. A renovação da certificação “*Great Place to Work*”, com destaque para o 1º lugar em jornada flexível e a presença no Top 10 do ranking das Melhores Empresas para Trabalhar na América Latina, reforçam o compromisso do Grupo



com uma cultura organizacional sólida, fator essencial para sustentar crescimento estruturado e responsável no segmento de crédito.

Além das premiações, o Efí SCFI ampliou sua presença institucional e fortaleceu o relacionamento com o mercado ao longo de 2025. No primeiro semestre, participou de eventos relevantes do setor, como o *SBC Summit*, o Distrito *Fintech Summit*, o *Ancev Experience*, a Autocom, a Betexpo, a Abrint e o evento Sophia. No segundo semestre, marcou presença no Fórum *E-commerce*, na *Payment Revolution*, no *TecnoSpeed* e na Abrint Nordeste, consolidando sua inserção no ecossistema de inovação, crédito e serviços financeiros e ampliando sua visibilidade junto a parceiros estratégicos e públicos especializados.

O conjunto desses reconhecimentos reforça a posição do Efí SCFI como Instituição Financeira estruturada, inovadora e comprometida com a excelência técnica na gestão de crédito, contribuindo de forma relevante para o fortalecimento da marca e da credibilidade do Efí Bank no mercado nacional e regional.

Diretrizes Estratégicas e Futuro

O ano de 2025 marcou uma etapa de amadurecimento e avanço estratégico para o Efí SCFI dentro da estrutura do Efí Bank. Com papel central na consolidação das soluções de crédito, financiamento e investimento do grupo, a Instituição vem fortalecendo sua operação com foco em escala responsável, governança e sustentabilidade, reforçando o crédito estruturado como pilar de crescimento e ampliando sua contribuição para a diversificação de receitas do Conglomerado.

O planejamento estratégico do Efí SCFI segue alinhado às diretrizes do Efí Bank até 2030 e foi aprofundado na revisão anual para 2026, com direcionadores mais claros sobre onde e como crescer. A estratégia reforça o foco prioritário no público pessoa jurídica, com ênfase em micro, pequenas e médias empresas, autônomos e prestadores de serviço, além de segmentos específicos de grande volumetria e aprofunda a atuação por meio de parcerias comerciais. Também prevê expansão geográfica com presença mais intencional em grandes centros ainda sub explorados e avanço consistente em praças onde já existe presença, onde há espaço relevante de crescimento. A atuação comercial e de relacionamento passa a ser impulsionada por um *mix* mais estruturado de canais, combinando parcerias, prospecção ativa, campanhas, presença em eventos setoriais e posicionamento em ambientes digitais, incluindo motores de busca e iniciativas com uso de inteligência artificial.

Ao longo de 2025 a Instituição deu passos relevantes em sua transformação organizacional para sustentar essa ambição. O novo modelo operacional do Grupo trará maior robustez à estrutura de crédito, com a migração das políticas e diretrizes de crédito para o eixo financeiro. Essa mudança integra a gestão de crédito à estratégia de *funding* e capital, ampliando a capacidade de alocação eficiente de recursos, refinando o apetite ao risco e fortalecendo a lógica de precificação com disciplina entre risco, retorno e

capital. O Efi SCFI ganha, assim, protagonismo na construção de um modelo de crédito mais conectado aos objetivos estratégicos de longo prazo do Conglomerado.

Em paralelo, está em implantação uma nova estrutura de operações dedicada ao crédito, com foco na execução, controle e acompanhamento da carteira. A criação dessa vertical especializada deve aumentar a fluidez e a governança dos processos de ponta a ponta, aprimorar tempo de resposta e elevar a consistência no monitoramento de risco, fortalecendo indicadores de qualidade e sustentando a escalabilidade da operação com maior previsibilidade.

No campo de produtos, 2025 consolidou a ampliação do portfólio com o lançamento do capital de giro e com o CDB como garantia para cartão de crédito, ao mesmo tempo em que a SCFI avançou na expansão do produto de antecipação de recebíveis. Para 2026, a agenda prioriza consolidar o crédito PJ nos produtos existentes e desenvolver soluções escaláveis, com destaque para iniciativas como Pix Garantido e crédito lastreado em recebíveis, reforçando a ambição de construir uma esteira de crédito mais integrada, replicável e com potencial de escala. Esse avanço será acompanhado de ajustes nas políticas de risco em linha com o cenário macroeconômico, considerando patamares mais restritivos de juros e sinais de pressão na inadimplência, preservando a sustentabilidade da carteira e a disciplina prudencial.

No campo da gestão, o Efi SCFI também tem avançado na sua estratégia de *funding*, com ampliação da base de captação, análise constante do custo de capital e estruturação de mecanismos que proporcionem maior previsibilidade à operação. Para sustentar o ciclo de crescimento projetado, a agenda de 2026 reforça a ampliação de *funding*, fortalecendo a capacidade de financiar o crescimento com equilíbrio entre custo, prazo, risco e retorno.

No segundo semestre de 2025, houve avanço na consolidação da nova estrutura de crédito, com aprofundamento da estratégia de diversificação de riscos e acompanhamento mais sistemático da performance da carteira, da qualidade dos ativos e do equilíbrio entre retorno e segurança. Nesse contexto, a ampliação do volume de operações com sustentabilidade e a incorporação de critérios mais estruturados de risco e governança reforçam a evolução do crédito como frente sólida, madura e alinhada à sustentabilidade de longo prazo do Efi Bank.

Em destaque, a atuação em projetos estratégicos como o FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), programa do Ministério das Comunicações que viabiliza o financiamento para expansão de infraestrutura em municípios de pequeno porte, posiciona o Efi Bank como a única instituição privada autorizada a operar com recursos voltados à expansão da conectividade em regiões menos atendidas. Essa iniciativa reforça a capacidade do Efi SCFI de combinar escala com impacto, ampliando a presença do grupo em regiões com alto potencial de desenvolvimento e consolidando sua contribuição como veículo de desenvolvimento financeiro regional.

Ainda em 2025, o Conglomerado Efi iniciou o processo de transição da segmentação prudencial S5 para S4 na classificação do Banco Central, movimento compatível com o novo patamar de escala da Instituição. Ao longo do período, foram realizados



aprimoramentos estruturais em políticas, controles e gestão de riscos, preparando a Instituição para a conclusão desse enquadramento no ciclo subsequente.

Adicionalmente, 2025 também foi um ano de preparação tecnológica para viabilizar a entrada em novos mercados e modelos de atuação. A evolução das plataformas de crédito, a maior integração entre dados transacionais e análise de risco e o fortalecimento da automação criaram bases estruturais para ampliar a exposição do Efi SCFI por meio de novos canais, parcerias estruturadas e soluções escaláveis. Essa preparação assegura que a expansão projetada ocorra com eficiência operacional, controle prudencial e capacidade de crescimento sustentável.

Para 2026, o foco do Efi SCFI será fortalecer o crédito estruturado com maior escala, governança e previsibilidade, consolidar a jornada PJ por meio de produtos existentes e soluções escaláveis, ajustar políticas de risco de forma responsiva ao cenário macroeconômico e ampliar a estratégia de *funding*, sustentando a expansão com disciplina, eficiência e solidez institucional.

Conclusão

O exercício de 2025 consolidou o Efi SCFI como a engrenagem central da estratégia de crédito do Efi Bank. O crescimento acelerado da carteira, a ampliação das captações e a evolução estrutural da operação refletem um ciclo de construção consistente, no qual expansão e prudência caminharam de forma coordenada. A Instituição avançou não apenas em volume, mas em maturidade, fortalecendo políticas, controles e capacidade analítica para sustentar decisões de crédito mais qualificadas.

O atingimento do *break-even* operacional em julho de 2025 representou um marco relevante no processo de evolução da Instituição. A partir desse momento, a operação passou a gerar resultados positivos de forma consistente, registrando lucro em todos os meses subsequentes, finalizando o 2º semestre com lucro antes dos tributos de R\$ 1.639.

Após um período inicial de investimentos estruturantes e construção da base da operação, o Efi SCFI passou a registrar resultado positivo, evidenciando que o modelo de negócios alcançou escala mínima sustentável e passou a gerar retorno compatível com sua estratégia de crescimento. Esse movimento representa a consolidação da Instituição como operação financeiramente viável e preparada para expandir com maior previsibilidade e disciplina.

A reorganização da governança, com maior integração entre crédito, capital e *funding*, redefiniu a lógica de alocação de recursos e elevou o padrão de disciplina financeira da operação. A criação de uma estrutura dedicada às operações de crédito trouxe maior controle sobre a execução, acompanhamento mais próximo da carteira e melhor equilíbrio entre risco e retorno. Esses movimentos estruturais reforçam que o crescimento observado ao longo do ano não foi circunstancial, mas resultado de um desenho institucional mais robusto.



A ampliação do portfólio, com novos produtos e modalidades estruturadas, aliada à entrada em iniciativas estratégicas como o FUST, posiciona o Efí SCFI como instrumento relevante de desenvolvimento econômico e inclusão produtiva, ao mesmo tempo em que fortalece sua capacidade de gerar receitas recorrentes e diversificadas. A evolução da estratégia de *funding* e o monitoramento contínuo do custo de capital consolidam as bases financeiras necessárias para sustentar a expansão projetada.

O Efí SCFI encerrou 2025 em um estágio mais sólido de organização, com diretrizes claras para crescimento responsável e com maior integração ao modelo estratégico do Conglomerado. O próximo ciclo será orientado pela consolidação do crédito estruturado, pelo aprimoramento contínuo das políticas de risco e pela manutenção da rentabilidade recém alcançada, preservando a qualidade da carteira e a sustentabilidade financeira.

A trajetória construída ao longo do ano reforça a capacidade do Efí SCFI de evoluir com consistência, combinando escala, governança e responsabilidade prudencial, contribuindo de forma decisiva para a sustentabilidade e o fortalecimento do Efí Bank no longo prazo.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A. (“Efi”, “Efi SCFI” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Daniel Naves Marteletto
Assinado por: DANIEL NAVES MARTELETTO 06260972660
CPF: 06260972660
Data/hora de assinatura: 26 de março de 2026 15:08 BRT
O: ICP-Brasil, OU: PricewaterhouseCoopers
C: BR
Emissor: AC CertSign RFB 05
889C20081A8C4C0

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC MG-105346/O-2



Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025
Ativo circulante		56.549
Disponibilidades	4	9.582
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		55.402
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	4.031
Operações de crédito	7a	51.371
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(10.312)
Outros ativos	9	1.877
Ativo não circulante		9.154
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		9.286
Operações de crédito	7a	9.286
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(203)
Outros ativos	9	65
Imobilizado		6
Outras imobilizações		9
Depreciação acumulada		(3)
Total do ativo		65.703
Passivo circulante		42.631
Outros passivos	10	3.558
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		376
Obrigações fiscais		463
Contas a pagar – Operações de cartão		2.272
Outros passivos		447
Depósitos e demais instrumentos financeiros ao custo amortizado		39.073
Depósitos a prazo	11a	39.073
Passivo não circulante		23.072
Depósitos e demais instrumentos financeiros ao custo amortizado		15.728
Depósitos a prazo	11a	15.728
Provisões para contingências	12	16
Patrimônio líquido	13	7.328
Capital social		26.050
Prejuízos acumulados		(18.722)
Total do passivo		65.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º sem 2025	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		16.680	24.236
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5b	452	612
Títulos e valores mobiliários	6a	364	747
Operações de crédito	7d	15.864	22.877
Despesas da intermediação financeira		(3.112)	(4.270)
Operações de captação no mercado	11b	(3.112)	(4.270)
Resultado bruto da intermediação financeira		13.568	19.966
Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(6.581)	(9.962)
Outras receitas e despesas operacionais		(5.348)	(10.461)
Receitas de prestação de serviços	14	569	814
Despesas de pessoal	15	(1.389)	(2.745)
Outras despesas administrativas	16	(3.232)	(6.482)
Despesas tributárias	17	(667)	(982)
Outras despesas operacionais		(629)	(1.076)
Outras receitas operacionais		-	10
Resultado antes dos tributos		1.639	(457)
Tributos sobre o lucro		(445)	(445)
Provisão para imposto de renda	18	(266)	(266)
Provisão para contribuição social	18	(179)	(179)
Resultado líquido do semestre/exercício		1.194	(902)
Resultado por ação (Em reais)		0,07	-0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Demonstração do resultado abrangente

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Resultado líquido do período	1.194	(902)
Outros resultados abrangentes	-	-
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	-	-
Itens que não poderão ser reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do período	1.194	(902)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.
Demonstrações financeiras
 30 de junho de 2025

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30/06/2025		26.050	(19.916)	6.134
Resultado do semestre		-	1.194	1.194
Saldo em 31/12/2025		26.050	(18.722)	7.328
Mutações do semestre		-	1.194	1.194
Saldo em 31/12/2024		23.250	(17.900)	5.350
Adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21			80	80
Saldo em 01/01/2025		23.250	(17.820)	5.430
Resultado do exercício		-	(902)	(902)
Aumento de capital	13	2.800	-	2.800
Saldo em 31/12/2025		26.050	(18.722)	7.328
Mutações do exercício		2.800	(822)	1.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º sem 2025	31/12/2025
Atividades operacionais			
Resultado líquido do semestre/exercício		1.194	(902)
Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	6.581	9.962
Provisões p/ contingências	12	16	19
Imposto de renda e contribuição social		445	445
Resultado ajustado		8.236	9.524
Imposto de renda e contribuição social pagos		(283)	(283)
Passivos contingentes pagos		(4)	(7)
Variação de ativos e passivos			
(Aumento) Redução de outros ativos		(335)	78
Aumento de operações de crédito		(26.317)	(52.094)
Redução em títulos e valores mobiliários		3.634	5.588
Aumento em depósitos a prazo		26.029	44.088
Aumento em outros passivos		1.017	1.647
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		11.977	8.541
Atividades de financiamentos			
Aporte de capital	13	-	2.800
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos		-	2.800
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		11.977	11.341
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.636	2.272
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		13.613	13.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A. (“Efí SCFI” ou “Instituição”) é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social os serviços (i) a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento; (ii) a realização de operação de crédito para financiamento de bens e serviços a pessoas físicas ou jurídicas; (iii) a realização de operação de crédito para financiamento de capital de giro a pessoas jurídicas; e (iv) todas as outras modalidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

A Instituição tem sua sede e foro na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 31, conjunto A, 2º e 3º pavimentos, Bairro Bauxita, CEP 35.402-179.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e operam por meio de estrutura corporativa integrada do Conglomerado Efí (“Conglomerado”), no qual as receitas e despesas são apropriadas conforme produzidas ou incorridas. A Instituição tem como controladora o Efí S.A. – Instituição de Pagamento, que é a líder do Conglomerado Prudencial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão sendo preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”), e conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 4.818/2020.

Conforme previsto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, a Instituição optou pela dispensa de apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A Administração avaliou a viabilidade da Instituição continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

a) Normativos que possuem aplicação após 31 de dezembro de 2025

Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025 – Altera para 17,5% (dezesete e meio por cento) a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), para as sociedades de crédito, financiamento e investimentos, com efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

b) Balanço patrimonial

As contas de ativo e passivo são apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

c) Demonstração do resultado

A demonstração de resultado foi apurada conforme o regime de competência embasada pelo artigo 187 e § 1º da Lei nº 6.404/76.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações sujeitas a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, a: (i) o valor de mercado de certos ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo permanente (iii); provisões de operação de crédito e passivos contingentes, e (iv) estimativas dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3. Políticas contábeis significativas

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a taxa utilizada para a conversão de ativos, passivos e contas de resultado denominados em moeda estrangeira, quando existente, corresponde às taxas de câmbio divulgadas pelo BCB, na data do respectivo balanço. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

I. Reconhecimento de receitas

As rendas provenientes das operações de crédito são reconhecidas *pro rata dia*, utilizando-se a metodologia diferenciada do cálculo da taxa de juros efetiva.

As receitas de operações de crédito ainda não recebidas, relativas a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito, somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas, conforme determina o § 1º do art. 17 da Resolução CMN nº 4.966/21.



d) Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

e) Instrumentos financeiros

I. Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de sua aquisição, originação ou emissão:

- Pelo preço de transação de contratos com clientes (valor de custo); ou
- Pelo valor justo nos demais casos.

II. Classificação de Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros segue o modelo de negócio da Instituição e as características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21.

A Instituição define o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são administrados para alcançar objetivos de negócios específicos.

Para determinar as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros, a Instituição avalia a composição dos instrumentos financeiros, por meio do teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

Com base nos resultados do teste SPPJ e no modelo de negócios adotado pela Instituição, os ativos financeiros podem ser mensurados de acordo com as seguintes categorias:

- **Custo amortizado (CA):** mensurados com base nos fluxos de caixa contratuais, considerando apenas os pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo no resultado (VJR):** mensurados a valor justo, com os ajustes de variação reconhecidos diretamente no resultado do período.
- **Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA):** mensurados a valor justo, sendo as variações registradas diretamente no grupo de outros resultados abrangentes, dentro do patrimônio líquido.

Passivos Financeiros

A Instituição classifica os passivos financeiros na categoria custo amortizado, conforme Resolução BCB nº 352/23, observando as exceções previstas no art. 9º, incisos I a V.

III. Mensuração de Instrumentos financeiros

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um “input”, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando “inputs” podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, ele é utilizado. Caso contrário, a Instituição determina um nível adequado para a entrada do “input”.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. O ajuste a valor justo de ativos financeiros é reconhecido no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração do Resultado, para demais ativos financeiros.

A Instituição avalia os níveis em cada período de divulgação e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

IV. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros serão baixados, parcialmente ou em sua totalidade, quando observados um dos cenários abaixo:

- Cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa;
- Quando não houver expectativa razoável de sua recuperação; ou
- Quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

f) Operações de crédito

As operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito da Instituição são classificadas na categoria de custo amortizado, uma vez que a gestão desses ativos tem como objetivo principal receber os fluxos de caixa contratuais.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Para fins de apuração dos níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a Instituição observa a segregação dos ativos financeiros conforme a classificação de carteiras consoante o art. 81 da Resolução BCB nº 352/23, bem como os percentuais mínimos de provisão para perdas estabelecidos no art. 78 e nos anexos I e II da referida Resolução.

A Instituição mantém as seguintes classificações dos ativos financeiros:

Operações	Classificação
Aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do SFN	C3
Créditos para capital de giro	C4
Crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais	C5

A norma estabelece, ainda, duas metodologias para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

- Método completo
- Método simplificado

Cada metodologia possui critérios próprios de elegibilidade e procedimentos específicos de apuração, definidos de acordo com o porte e a natureza da Instituição. Atualmente, a Instituição adota o método simplificado, considerando os parâmetros e percentuais estabelecidos no art. 78 e nos anexos da Resolução BCB nº 352/23 para a mensuração e registro das provisões.

As operações que contarem com o prazo de atraso superior a 480 dias serão baixadas contra a provisão existente, não mais figurando no balanço patrimonial.

Os ativos financeiros que apresentam atraso superior a 90 dias são classificados como ativos problemáticos. As receitas de qualquer natureza desses ativos somente são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas, não inadimplidas permanecem classificadas como ativo com problema de recuperação de crédito, em razão da existência de risco de inadimplemento (*default*). A Instituição adota os critérios listados no § 4º, art. 3º da Resolução BCB nº 352/23 para a descaracterização de um ativo com problema de recuperação de crédito.

Além disso, na hipótese de existência de ativo com problema de recuperação de crédito vinculado a uma contraparte, todos os instrumentos financeiros associados a essa mesma contraparte são igualmente classificados como um ativo com problema de recuperação de crédito.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito constituída está apresentada na Nota 8.

h) Imobilizado em uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a Instituição.



Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis.

i) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, passivos e ativos contingentes.

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos movidos por terceiros em ações cíveis, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas contingências são avaliadas por assessores internos em conjunto com advocacia terceirizada, em que se leva em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam assegurados para liquidação dessas obrigações e que o montante dessas obrigações possa ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como:

- a) Provável: são constituídas provisões contábeis;
- b) Possível: divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e
- c) Remota: não requerem provisão nem divulgação.

j) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no exercício para o Imposto de Renda e de 15% para Contribuição Social sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável, limitada a 30% do lucro real do período.

k) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Instituição considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social previsto em seu Estatuto Social e não recorrentes aqueles que não fazem parte da operação da Instituição.

Apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes do período:

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Resultado recorrente do período	1.194	(902)
Resultado não recorrente do período	-	-



m) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes). Os eventos subsequentes são mencionados na Nota Explicativa nº 22.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades	9.582
Depósitos voluntários no BCB	9.255
Depósitos bancários	327
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	4.031
Total	13.613

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Modalidades de aplicação

	<u>31/12/2025</u>
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	
Certificado de depósitos interfinanceiros	4.031
Total	4.031

b) Resultado de aplicações interfinanceiras

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	452	612
Total	452	612

6. Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos e valores mobiliários é determinada com base no modelo de negócios da Instituição, bem como nas características contratuais dos respectivos fluxos de caixa, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21. No 2º semestre a Instituição realocou os recursos aplicados em TVM para depósitos voluntários no Banco Central do Brasil (Nota 4) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (Nota 5).



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

a) Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Resultado com títulos e valores mobiliários	364	747
Total	<u>364</u>	<u>747</u>

7. Operações de crédito

a) Valor contábil bruto

	<u>31/12/2025</u>
Saldo bruto da carteira de crédito	61.031
(-) Receitas diferidas – TJEO Diferenciada	(374)
Total	<u>60.657</u>
Circulante	51.371
Não circulante	9.286

b) Composição da carteira de crédito

	<u>31/12/2025</u>		
	<u>Ativo não problemático</u>	<u>Ativo problemático</u>	<u>Total</u>
Pessoa jurídica			
Cartão de crédito	4.195	4.681	8.876
Capital de giro	10.733	68	10.801
Direitos creditórios descontados	28.693	2.325	31.018
Pessoa física			
Cartão de crédito	2.280	5.944	8.224
Direitos creditórios descontados	1.738	-	1.738
Total da carteira	<u>47.639</u>	<u>13.018</u>	<u>60.657</u>
(-) Prov.p/perdas esperadas assoc. ao risco de crédito	<u>(1.818)</u>	<u>(8.697)</u>	<u>(10.515)</u>
Saldo da carteira líquida	<u>45.821</u>	<u>4.321</u>	<u>50.142</u>

c) Composição da carteira por faixa de vencimento

	<u>31/12/2025</u>		
	<u>Ativo não problemático</u>	<u>Ativo problemático</u>	<u>Total</u>
Vencidas			
Acima de 90 dias	-	12.484	12.484
De 0 a 90 dias	12.699	181	12.880
A vencer			
Até 12 meses	26.351	294	26.645
A partir de 12 meses	8.589	59	8.648
Total	<u>47.639</u>	<u>13.018</u>	<u>60.657</u>
Circulante			51.371
Não circulante			9.286



d) Resultado das operações de crédito

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Rendas de empréstimos	15.736	22.647
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	128	230
Total	<u>15.864</u>	<u>22.877</u>

As operações renegociadas no semestre representaram o montante de R\$ 464.

8. Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Saldo inicial	<u>(5.374)</u>	<u>(2.366)</u>
Constituição	(6.581)	(9.962)
Renegociação de carteira de crédito - não transitada no resultado (a)	(72)	(216)
Ajustes da resolução CMN nº 4.966/21	-	80
Valores baixados para prejuízo	1.512	1.949
Saldo final	<u>(10.515)</u>	<u>(10.515)</u>

(a) Corresponde ao volume de créditos em prejuízo, renegociados conforme Art. 49º § 2º da Res. CMN nº 4.966/21.

9. Outros ativos

	<u>31/12/2025</u>
Valores a receber controladora – nota 20	1.724
Despesas pagas antecipadamente	127
Outros ativos	91
Total	<u>1.942</u>
Circulante	1.877
Não circulante	65

10. Outros passivos

	<u>31/12/2025</u>
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	<u>376</u>
Obrigações trabalhistas	253
Encargos trabalhistas	123
Obrigações fiscais	<u>463</u>
Outros passivos	<u>447</u>
Fornecedores	360
Valores a pagar sociedades ligadas – Nota 20	59
Outros passivos	28
Contas a pagar - Operações de cartão (a) – Nota 20	<u>2.272</u>
Total	<u>3.558</u>
Circulante	3.558

(a) Valor a pagar ao Efí IP relativo ao financiamento de saldo de faturas de clientes não liquidadas, provenientes das operações de cartão de crédito.



11. Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Modalidades e prazos de vencimentos

	Vencimentos			Total
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Certificado de depósito bancário-CDB (a)	21.722	17.351	15.728	54.801
Total	21.722	17.351	15.728	54.801
Circulante				39.073
Não circulante				15.728

(a) Os depósitos a prazo são atualizados a taxas que variam entre 70% e 115% do CDI.

b) Despesas com captações no mercado

	2º sem 2025	31/12/2025
Depósitos a prazo	3.112	4.270
Total	3.112	4.270

12. Provisões para contingências

A Instituição é parte em processos judiciais de naturezas cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro. O quadro abaixo demonstra a movimentação das provisões.

Ação	30/06/2025	Constituições	Pagamentos	31/12/2025
Cível	4	16	(4)	16
Total	4	16	(4)	16

Ação	31/12/2024	Constituições	Pagamentos	31/12/2025
Cível	4	19	(7)	16
Total	4	19	(7)	16

As causas que envolvem a Instituição, classificadas como perda possível, totalizam R\$ 115 em causas cíveis. Durante o período não houve contingência fiscal e trabalhista.

13. Patrimônio líquido

O Conglomerado Prudencial Efí segue legislação específica para requerimento mínimo de patrimônio de referência, conforme Resoluções BCB nº 265/22 e CMN nº 4.553/17. A adoção da Resolução BCB nº 265/22, decorre da reclassificação do Conglomerado para o Segmento S4, passando a observar as diretrizes prudenciais aplicáveis a esse segmento regulatório.



Durante o exercício de 2025 a Instituição recebeu aportes de capital no total de R\$ 2.800, autorizados pelo Banco Central do Brasil e deliberados conforme a seguir:

Data	Quantidade de ações	Valor
31/01/2025	200	300
28/02/2025	666	1.000
30/04/2025	1.000	1.500
Total	1.866	2.800

a) Capital social

O capital social da Instituição em 31/12/2025 é de R\$ 26.050 subscrito e integralizado, dividido em 17.366 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) cada.

b) Política de distribuição de lucros

A Assembleia Geral poderá distribuir dividendos em valor superior ao previsto no estatuto social da Instituição que está estabelecido no Capítulo VII, Artigos 17, 18, 19, 20 e 21, bem como poderá, durante o exercício social, distribuir dividendos com base na conta de reserva de lucros existentes no último balanço anual.

De acordo com o parágrafo 4º do art. 202, da Lei nº 6.404/76, o dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando houver incompatibilidade com a situação financeira da Instituição, se declarada por qualquer membro da Diretoria em assembleia ordinária.

c) Constituição de reserva de lucros

Nos termos da legislação societária e estatuto social da Instituição, a reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

14. Receitas de prestação de serviços

	2º sem 2025	31/12/2025
Receitas de tarifas bancárias – PJ	569	814
Total	569	814

15. Despesas de pessoal

	2º sem 2025	31/12/2025
Remuneração	(844)	(1.688)
Benefícios	(247)	(448)
INSS	(214)	(426)
FGTS	(67)	(133)
Outras	(17)	(50)
Total	(1.389)	(2.745)



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

16. Outras despesas administrativas

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Processamento de dados (a)	(2.239)	(4.517)
Licença de uso de software	(675)	(1.330)
Centro de serviço compartilhado – nota 20	(120)	(240)
Serviços de terceiros (b)	(172)	(343)
Outras	(26)	(52)
Total	<u>(3.232)</u>	<u>(6.482)</u>

(a) Referem-se, basicamente, a consultas de dados cadastrais em sistemas de bureau.

(b) Incluídos os valores de serviços relacionados à auditoria independente.

17. Despesas tributárias

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Cofins	(559)	(820)
PIS	(91)	(133)
ISS	(15)	(24)
Outras	(2)	(5)
Total	<u>(667)</u>	<u>(982)</u>

18. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>
Resultado antes das adições e exclusões	(457)
(+) Adições	10.044
Permanentes	70
Temporárias: Provisões ou perdas estimadas	9.974
(-) Exclusões	(7.887)
Perdas com créditos em prejuízo	(7.887)
(=) Resultado após adições e exclusões	1.700
(-) Compensação de prejuízos fiscais	(510)
(=) Lucro Real	1.190
IRPJ devido	268
(-) Incentivos fiscais	(7)
(=) IRPJ	266
(=) CSLL	179

19. Gestão de riscos e de capital

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Efi Bank reconhece a importância do gerenciamento de riscos e acredita no seu papel fundamental no processo de escolha das oportunidades compatíveis com a complexidade de seus negócios. Por isso, ao longo dos anos, vem disseminando e fortalecendo essa cultura.

A gestão abrangente dos riscos, entre outros benefícios, proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor e para a consolidação de uma Instituição cada vez mais sólida, integrada, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A estrutura de gerenciamento de riscos é segregada e independente das demais áreas de negócio, compatível com a natureza das atividades, porte da Instituição, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão das exposições que abrangem os riscos de crédito, de liquidez, operacional e de capital.

O Efi adota o [Modelo das Três Linhas](#) do *Institute of Internal Auditors* (IIA) como parte do processo de gerenciamento de riscos, considerando a atuação conjunta dos seguintes componentes:

- **1ª Linha:** áreas de negócios;
- **2ª Linha:** áreas de governança;
- **3ª Linha:** avaliação periódica e independente da Auditoria Interna.

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes encontram-se disponíveis no site <https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>.

a. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrer em perdas associadas:

- Ao descumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- A desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- A reestruturação de instrumentos financeiros;
- Aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Adicionalmente, a definição de risco de crédito inclui:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança;
- O risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas.

O processo de gerenciamento do risco de crédito no Efi Bank consiste em um conjunto de ferramentas de gestão que identificam os fatores que impactam o risco de crédito. Esse processo inclui, mas não se limita:

- Ao acompanhamento de exposições com características semelhantes;
- A identificação de fontes significativas do risco de crédito;
- A identificação da contraparte ou de seus intervenientes; e
- A forma de agregação das exposições.

A avaliação para concessão do limite de crédito aos clientes, pautada pelas diretrizes internas de crédito, prevê a verificação dos dados cadastrais e a realização de consultas a *bureaus* como apoio à decisão. Ainda no âmbito desse processo, devem ser consideradas as operações sujeitas ao risco de crédito, as repactuações, a detecção de indícios de qualidade creditícia da contraparte e os créditos objeto de cobrança e de recebimento.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas com base nos critérios estabelecidos pela regulamentação prudencial em vigor, em especial as Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, aplicável a partir de janeiro de 2025.

Em linhas gerais, as operações da Instituição englobam operações de crédito provenientes de clientes que utilizam o cartão de crédito do Efi e que optaram por parcelar suas faturas ou que não pagam suas faturas na data do vencimento, entrando assim no rotativo do cartão. A carteira também é composta por operações de clientes que contratam a antecipação de recebíveis, operação de desconto de duplicatas mercantis e pelo capital de giro.

A carteira de crédito passa por um processo de monitoramento da qualidade creditícia contínua que mede os níveis de concentração e o comportamento da inadimplência, sendo as variações obtidas nesse processo utilizadas como um dos parâmetros de atualização da estratégia creditícia da Instituição.

b. Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como sendo a possibilidade de a Instituição:

- Não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- Não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez consiste no conjunto de procedimentos que visam garantir a capacidade de pagamento do Efi Bank, possibilitando identificar, mensurar, classificar, monitorar, mitigar e reportar os fatores que impactam a liquidez.

A avaliação constante das posições em ativos líquidos objetiva mitigar o risco de que o Efí não consiga negociar suas posições a um preço justo de mercado, motivada pelo baixo volume ou pela descontinuidade desse ativo.

A otimização dos recursos disponíveis, o planejamento financeiro e das operações em termos de prazos, tipos de contrapartes e seus respectivos setores econômicos, trazem insumos para direcionar ações que possibilitem suportar cenários de estresse.

c. Risco Operacional

Conforme a Resolução BCB nº 265/2022, o risco operacional decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos que impactem na realização dos objetivos do Efí Bank.

Salienta-se, ainda, a definição do risco operacional, que também inclui o risco legal associado a:

- Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Efí;
- Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais; e
- Indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Efí.

O gerenciamento do risco operacional está subsidiado no Modelo das Três Linhas:

- Na 1ª linha, há a atuação das áreas de negócios da Instituição, as quais são responsáveis pelo provimento de produtos e serviços aos clientes, bem como pela gestão primária dos riscos e controles;
- Na 2ª linha, há a atuação das áreas de governança da Instituição na gestão corporativa do risco operacional, oferecendo expertise, apoio, monitoramento e questionamento sobre questões relacionadas a riscos, controles e conformidade;
- Na 3ª linha, há a atuação independente da Auditoria Interna, responsável por avaliar a adequação e eficácia do modelo geral de gestão de risco, do funcionamento dos controles e das estruturas de governança;
- Por fim, órgãos externos e independentes de toda a estrutura organizacional, como auditorias externas e reguladores, formam uma linha adicional, avaliando a efetividade das três linhas do Efí.

Há uma estrutura responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais; pela análise do desenho e efetividade do sistema de controles internos; pela elaboração e condução de testes periódicos do plano de continuidade de negócios; por disseminar uma cultura de gestão integrada de riscos e de controles para os colaboradores; e pela avaliação de riscos no lançamento de novos produtos, serviços e mudanças significativas nos processos existentes.



d. Gestão de Capital

A gestão de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital regulamentar, que abrange a avaliação da necessidade de capital, com base em projeções que englobam premissas de aumento das exposições ao risco, seja pelo crescimento das operações, pela avaliação de novos produtos ou serviços, e ainda, pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos de novos regulamentos, bem como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do Efí Bank é compatível com o porte, tamanho, a natureza das suas operações, considerando a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

Requerimentos Mínimos de Capital

Conforme a Resolução BCB nº 436/2024, o Conglomerado Efí se classifica como um Conglomerado Prudencial Tipo 3, sendo integrado por uma Instituição de Pagamento líder e outra Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ressalta-se que ambas as Instituições estão classificadas no Segmento 4 (S4), com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos.

A estrutura de gestão de capital do Conglomerado Efí ganha relevância ao promover a racionalização na utilização do capital da Instituição, otimizando o custo de oportunidade na alocação de recursos. A seguir, apresenta-se a composição para o cálculo do Índice de Basileia e os requerimentos mínimos exigidos:

	<u>31/12/2025</u>
PR - Patrimônio de Referência	54.341
Capital Nível I	54.341
Capital Principal	54.341
Capital Complementar	-
Capital Nível II	-
Ativos Ponderados pelo Risco	351.484
Risco Operacional	80.103
Risco de Crédito	91.087
Risco de Serviços de Pagamento	179.654
Risco de Mercado	639
Requerimento mínimo de capital	28.119
Margem de capital	26.223
Índice Requerimento Mínimo	10,50%
Índice Requerimento Calculado	15,46%
Índice de Imobilização	6,85%
Folga de Imobilização	23.452

Em novembro de 2025, o BCB editou a Resolução Conjunta nº 14, de 03/11/2025, e a Resolução BCB nº 517, de 03/11/2025. Esses normativos atualizaram o arcabouço



referente à apuração do limite mínimo de capital social integralizado e do patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, revogando as exigibilidades previstas nas resoluções CMN nº 2.099/1994 e CMN nº 2.607/1999, e aumentando o nível de cobrança, em prol da mitigação do risco moral.

Nesse contexto, o novo arcabouço normativo exige, no mínimo, R\$ 26.000 de capital social integralizado e de patrimônio líquido da Instituição, representando um aumento significativo em relação às exigências anteriores, que previam um limite mínimo de capital e patrimônio líquido na ordem de R\$ 4.900. O aumento das exigências ocorrerá de forma gradual, em três etapas sucessivas a partir de julho de 2026.

20. Transações com partes relacionadas

	31/12/2025	
	PF ligadas	PJ ligadas
Ativos		
Depósitos em moeda eletrônica mantidos na controladora	-	327
Valores a receber da controladora	-	1.724
Operações de crédito	4	-
Total	4	2.051
Passivos		
Depósitos a prazo	56	3.583
Contas a pagar – Operações de cartão – Nota 10	-	2.272
Outras contas a pagar	-	59
Total	56	5.914
Despesas		
Despesa de centro de serviço compartilhado	-	(240)
Despesa com captação	(3)	(83)
Cartão de benefícios para empregados	-	(282)
Locação de bens	-	(2)
Total	(3)	(607)

21. Resolução CMN nº 4.966/21

Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis definidos na norma passaram a ser reconhecidos prospectivamente a partir dessa data.

Como resultado da adoção dos critérios para constituição da provisão para perdas esperadas, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, foi registrado um ajuste positivo no patrimônio líquido de R\$ 80.



A Instituição não constatou mudanças significativas em relação às novas regras estabelecidas para a definição do modelo de negócios, bem como de reclassificações de instrumentos financeiros entre as categorias de ativos financeiros.

22. Eventos subsequentes

Em outubro de 2025, o Conglomerado Prudencial Efi foi reclassificado pelo Banco Central do Brasil para o Segmento S4. A transição regulatória teve conclusão em fevereiro de 2026 ocasionando adequação às diretrizes e exigências prudenciais aplicáveis a esse segmento.

As demonstrações financeiras não sofreram alterações em detrimento da referida reclassificação de segmento.

Em janeiro de 2026, o Efi IP adquiriu a participação societária detida pelos acionistas minoritários, pessoas físicas, do Efi SCFI, passando a deter 100% do capital social da investida.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Diretores

Denis Costa da Silva

Francisco Carvalho

Paulo Sérgio de Faria Barros

Contador Responsável

Alessander Campo Dall'Orto

CRC: ES-012954/O




DF CFI - 2º semestre 2025

Relatório de auditoria final

2026-03-26

Criado em:	2026-03-26
Por:	Viviane Miranda (viviane.miranda@sejaefi.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAako0I3d08y35V_CD1GPkCddxaANS4tXJ8

Histórico de "DF CFI - 2º semestre 2025"

-  Documento criado por Viviane Miranda (viviane.miranda@sejaefi.com.br)
2026-03-26 - 11:58:55 GMT
-  Documento enviado por email para Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br) para assinatura
2026-03-26 - 11:59:03 GMT
-  Documento enviado por email para paulo.barros@sejaefi.com.br para assinatura
2026-03-26 - 11:59:04 GMT
-  Documento enviado por email para Alessander Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br) para assinatura
2026-03-26 - 11:59:04 GMT
-  Email visualizado por Alessander Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br)
2026-03-26 - 12:05:47 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Alessander Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br)
Data da assinatura: 2026-03-26 - 12:07:04 GMT - Fonte da hora: servidor
-  Email visualizado por Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br)
2026-03-26 - 13:44:00 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br)
Data da assinatura: 2026-03-26 - 13:45:08 GMT - Fonte da hora: servidor
-  Email visualizado por paulo.barros@sejaefi.com.br
2026-03-26 - 14:46:31 GMT
-  O signatário paulo.barros@sejaefi.com.br inseriu o nome Paulo Sérgio de Faria Barros ao assinar
2026-03-26 - 14:49:17 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Paulo Sérgio de Faria Barros (paulo.barros@sejaefi.com.br)
Data da assinatura: 2026-03-26 - 14:49:19 GMT - Fonte da hora: servidor

✔ Contrato finalizado.

2026-03-26 - 14:49:19 GMT